

**DELIBERAÇÃO 01/2017 DA CÂMARA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO -
RESIDÊNCIA JURÍDICA - DO CONSELHO DA FACULDADE DE DIREITO**

Dispõe sobre o Regimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Pós Graduação Lato Sensu Especialização em Prática Jurídica Social – Residência Jurídica.

A Coordenação do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Prática Jurídica Social – Residência Jurídica, tendo em vista decisão tomada pela Câmara do Programa de Pós-Graduação Residência Jurídica em reunião do dia 08 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º - Colocar em vigor as normas em anexo, que tratam do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Especialização em Prática Jurídica Social – Residência Jurídica.

Art. 2º A presente DELIBERAÇÃO entra em vigor nesta data.

Rio grande, 08 de dezembro de 2017.

Professora Doutora Simone de Biazzi Avila Batista da Silveira
Coordenadora de Curso

REGIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU ESPECIALIZAÇÃO EM PRÁTICA JURÍDICA SOCIAL – RESIDÊNCIA JURÍDICA

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Prática Jurídica Social – Residência Jurídica, nos termos da Deliberação da CONFADIR 03/2017 – Regimento da Residência Jurídica.

Art. 2º. O Trabalho de Conclusão de Curso consiste na elaboração de artigo científico, o qual deverá apresentar temática correlata às atividades desenvolvidas pelo especializando no Escritório Modelo de Assistência Judiciária – EMAJ da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

§ 1º. O problema de pesquisa do artigo científico deverá refletir o objetivo central do Programa, qual seja, possibilitar a aproximação entre os contextos social e a práxis jurídica.

§ 2º. Por decisão da coordenação do Curso, as atividades que consistam na entrega de documentos e informações relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso poderão ser centralizadas em plataforma de informática única, vinculada à Secretaria de Educação a Distância (SEaD/FURG), sem prejuízo da realização das necessárias atividades presenciais de orientação.

DA ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 3. A Coordenação do Curso, ouvida a Câmara do Programa de Pós-Graduação Residência Jurídica do Conselho da Faculdade de Direito, divulgará a relação orientador/orientando.

§ 1º. Apenas os professores efetivos com mestrado ou doutorado poderão exercer a função de orientador

§ 2º. A divulgação da relação referida no caput desse artigo será publicada no mural do Escritório Modelo de Assistência Judiciária, facultada a publicação em ambiente eletrônico.

§ 3º. A divulgação da relação referida no caput desse artigo terá como data limite o segundo semestre letivo do primeiro ano de Curso.

Art. 4º. O professor orientador do artigo científico será um dos docentes das Disciplinas Residência em Prática Jurídica Social I ou Residência em Prática Jurídica Social II.

DO PROJETO DE ARTIGO CIENTÍFICO

Art. 5º O Projeto de Artigo Científico será apresentado pelo residente diretamente ao seu professor orientador até o encerramento do segundo semestre letivo do primeiro ano de curso.

§ 1º. Caberá ao professor atestar a aprovação do projeto referido no caput desse artigo.

§ 2º. A aprovação referida no parágrafo 1º constitui requisito para a matrícula em Residência de Prática Jurídica Social II.

Artigo 6º. O Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso respeitará no mínimo os seguintes pontos:

I. Tema

II. Título (provisório)

III. Resumo

IV. Problema/hipóteses

V. Justificativa

VI. Objetivos

VII. Teoria de base (referencial teórico)

VIII. Metodologia

IX. Cronograma

X. Sumário

XI. Referências bibliográficas

DA DEFESA DO ARTIGO CIENTÍFICO

Art. 7º. O artigo científico, exigência parcial para a conclusão do curso, deverá conter, no mínimo, 20 páginas e estar de acordo com as regras vigentes da ABNT.

Art. 8º Concluído o Artigo Científico pelo Residente, o professor orientador deverá encaminhar à Coordenação seu Parecerrecomendando a formação de Banca examinadora.

Art. 9º. A Banca examinadora contará com no mínimo dois professores, podendo ser pública ou mediante apresentação de parecer circunstanciado.

Art. 10º. A Coordenação do Curso nomeará os professores membros da Banca examinadora, a qual deverá se reunir no prazo de 30 dias ou oferecer parecer circunstanciado de avaliação.

Art. 11º. A Banca examinadora comunicará o resultado nos seguintes termos:

I.- Aprovado;

II.- Reprovado;

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12º. As questões omissas no presente Regulamento serão resolvidas pela Coordenação do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Prática Jurídica Social – Residência Jurídica.

Artigo 13. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pela Câmara do Programa de Pós-Graduação Residência Jurídica do Conselho da Faculdade de Direito.